

**Ministério da Saúde****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 2.053, DE 30 DE AGOSTO DE 2011**

Dispõe sobre a gestão de Projetos de Co-  
operação Técnica com Organismos Inter-  
nacionais, no âmbito do Ministério da Saú-  
de e entidades a ele vinculadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atri-  
buição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da  
Constituição, e

Considerando o Decreto nº 3.594, de 8 de setembro de 2000,  
que dispõe sobre a execução do Ajuste Complementar ao Convênio  
Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Or-  
ganização Mundial da Saúde e ao Acordo entre o Governo da Re-  
pública Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana  
para o Funcionamento do Escritório de Área da Organização Pan-  
Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil, fir-  
mado em 16 de março de 2000;

Considerando o Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004,  
que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos  
e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta,  
para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica  
recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de  
projetos vinculados aos referidos instrumentos;

Considerando o disposto na Portaria nº 717, de 9 de de-  
zembro de 2006, do Ministério das Relações Exteriores, que aprova  
as normas complementares aos procedimentos de celebração de Atos  
Complementares de Cooperação Técnica, decorrentes de Acordos Bá-  
sicos firmados entre o Governo Brasileiro e organismos internacio-  
nais, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos  
instrumentos; e

Considerando a necessidade de conferir uniformidade de cri-  
térios e maior segurança aos procedimentos de gestão dos Projetos de  
Cooperação Técnica Internacional, no âmbito dos órgãos e entidades  
do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre gestão de Projetos de  
Cooperação Técnica com Organismos Internacionais, no âmbito do  
Ministério da Saúde e entidades a ele vinculadas.

Art. 2º Ficam designados os dirigentes máximos dos se-  
guintes órgãos do Ministério da Saúde e entidades a ele vinculadas  
para exercerem as atribuições de Diretores Nacionais do Projeto de  
Cooperação Técnica Internacional:

- I - Secretaria-Executiva (SE/MS);
- II - Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS);
- III - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estra-  
tégicos (SCTIE/MS);
- IV - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na  
Saúde (SGTES/MS);
- V - Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa  
(SGEP/MS);
- VI - Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS);
- VII - Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS);
- VIII - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVI-  
SA);

IX - Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);  
X - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); e  
XI - Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)  
Parágrafo único. As atribuições de que trata o caput deste  
artigo serão exercidas pelos dirigentes máximos no âmbito de seus  
respectivos órgãos e entidades.

Art. 3º Compete ao Diretor Nacional do Projeto de Co-  
operação Técnica Internacional:

- I - representar formalmente o órgão ou entidade executora  
nacional perante a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), o  
organismo internacional cooperante e os órgãos de controle, respon-  
sabilizando-se pelas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto;
- II - planejar, coordenar, analisar e acompanhar a execução  
física, orçamentária e financeira dos contratos e convênios relativos  
aos projetos de cooperação sob sua responsabilidade;
- III - ordenar as despesas do projeto;
- IV - responder pela execução e regularidade do projeto; e
- V - aprovar os relatórios de progresso elaborados pelo Co-  
ordenador do Projeto e encaminhá-los à ABC/MRE e ao organismo  
internacional cooperante.

Art. 4º Os Diretores Nacionais de Projetos de Cooperação  
Técnica Internacional designarão como Coordenador de Projeto e  
respectivo suplente servidores públicos ou ocupantes de cargo em  
comissão.

Parágrafo único. Os Diretores Nacionais de Projeto poderão  
delegar aos Coordenadores de Projeto a ordenação de despesas do  
projeto.

Art. 5º Compete ao Coordenador de Projeto:  
I - substituir o Diretor Nacional de Projeto em suas ausências  
e impedimentos;

- II - planejar, coordenar, analisar e acompanhar a execução  
física, orçamentária e financeira dos contratos e convênios relativos  
aos projetos de cooperação sob sua responsabilidade;
- III - coordenar a elaboração e a execução dos planos de  
trabalho do projeto;
- IV - monitorar o cumprimento do cronograma de imple-  
mentação do projeto;
- V - elaborar os relatórios de progresso com as informações  
técnicas, administrativas e financeiras do projeto e submetê-los ao  
Diretor Nacional do Projeto;

VI - promover articulações com outras instituições para o  
desenvolvimento do projeto;

VII - submeter ao Diretor Nacional de Projeto os ajustes na  
programação física, orçamentária e financeira do projeto;

VIII - propor, em observância aos princípios de legalidade,  
eficiência, eficácia e economicidade, medidas de aprimoramento da  
gestão do projeto sob sua responsabilidade;

IX - manter os arquivos organizados com a documentação do  
projeto; e

X - auxiliar o Diretor Nacional na gestão do projeto.

Art. 6º A SE/MS, sem prejuízo das atribuições específicas  
dos Diretores Nacionais e dos Coordenadores de Projeto, exercerá o  
acompanhamento e a supervisão da execução dos Projetos de Co-  
operação Técnica Internacional, firmados no âmbito dos órgãos do  
Ministério da Saúde e de entidades a ele vinculadas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-  
blicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 2.287/GM/MS, de 28 de  
novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 235, de  
3 de dezembro de 2003, Seção 1, página 40.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

**PORTARIA Nº 2.054, DE 30 DE AGOSTO DE 2011**

Habilita Município a receber o quantitativo  
referente às Unidades de Suporte Básico  
destinado ao Serviço de Atendimento Mó-  
vel de Urgência (SAMU 192) Regional de  
Juazeiro (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atri-  
buições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da  
Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.928/GM/MS, de 15 de setem-  
bro de 2004, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel às Ur-  
gências (SAMU 192) Municipal de Juazeiro (BA), e

**PORTARIA Nº 2.055, DE 30 DE AGOSTO DE 2011**

Habilita o Município de Rio do Pires (BA) a receber o quantitativo referente às Unidades de Suporte Básico destinado  
ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Brumado (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da  
Constituição, e

Considerando a Portaria nº 4.282/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que destina incentivo financeiro de custeio para a Central de  
Regulação e Unidade de Suporte Básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Brumado (BA); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que institui diretrizes técnicas e financeiras de fomento à  
regionalização da Rede Nacional (SAMU 192), resolve:

Art. 1º Habilitar o Município de Rio do Pires (BA), descrito no Anexo a esta Portaria a receber o quantitativo referente à Unidade de  
Suporte Básico, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Brumado (BA).

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática,  
correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual acima descrito, para o respectivo Fundo Municipal de Saúde do Rio do Pires (BA).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde,  
devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência maio de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

**ANEXO**

Município para repasse	Unidade de Suporte Bá- sico (USB)	Valor do repasse mensal	Valor do repasse anual
Rio do Pires (BA)	01	R\$ 12.500,00	R\$ 150.000,00

**PORTARIA Nº 2.056, DE 30 DE AGOSTO DE 2011**

Habilita Municípios e os Estados a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material  
permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da  
Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria  
nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos  
federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção  
Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e He-  
moderivados, resolve:

Art. 1º Habilitar os Municípios e os Estados descritos no Anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição  
de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela  
única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, após serem atendidas as condições  
previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de  
Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando os seguintes Programas de Trabalho:

- I - 10.302.1220.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e
- II - 10.302.1220.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA